

A CONTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE OS PROCESSOS MEDICALIZANTES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Débora Nascimento de Oliveira PMC¹
Elizabeth Bassani UFES²
Jair Ronchi Filho UFES³

Eixo temático 6: Aprendizagem e Avaliação: Diagnóstico, Planejamento e Gestão do
Trabalho Pedagógico.

RESUMO

Este trabalho é resultado do capítulo da revisão de literatura de uma dissertação de mestrado em educação, que problematiza os discursos medicalizantes na educação infantil, trazendo questionamentos especialmente em torno da educação especial. Por medicalização entendemos o processo pelo qual questões históricas, políticas e sociais são transformadas em questões de ordem médica. A pesquisa traz como aporte teórico a noção de discurso trazido por Michel Foucault, como prática construtora de subjetividades. Esta etapa do estudo constitui-se em uma pesquisa bibliográfica que utilizou como ferramenta de busca o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a realização de tais problematizações elaboramos uma escrita que apresenta dados a respeito dos percursos das dissertações e teses sobre a medicalização em diferentes programas de pós-graduação, ressaltando as contribuições dos programas de pós-graduação em educação. Acreditamos que a fase de revisão bibliográfica em uma pesquisa contribui para a obtenção de um panorama atual sobre o estado da produção científica, suas lacunas e novos modos de desenvolvimento de conhecimentos sobre a temática. Objetivamos com tal levantamento demonstrar como os estudos sobre a medicalização da educação vêm trazendo novos olhares acerca das questões da educação especial na perspectiva inclusiva, através de problematizações sobre a produção do fracasso escolar, os processos avaliativos, as formas escolares, a construção dos laudos, dentre outras temáticas. Os resultados obtidos nesse recorte da dissertação demonstram que as pesquisas sobre os processos medicalizantes na educação são realizadas majoritariamente por profissionais da área da psicologia, apontando para a relevância de que mais escritos sobre a temática sejam apresentados por pesquisadores do campo da educação e confirmando os objetivos traçados sobre a forma como tais pesquisas acrescentam mais criticidade aos estudos sobre a educação especial na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Medicalização, educação especial, inclusão

¹ Mestra em educação pelo PPGMPE-UFES; docente na PMC; e-mail: debora-no@hotmail.com

² Doutora em educação; docente do centro de educação - UFES; e-mail: betebassani23@gmail.com

³ Doutor em educação; docente do centro de educação - UFES e do PPGMPE- UFES; e-mail: jarofi310562@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se de parte de uma dissertação de mestrado que trata dos discursos medicalizantes na educação infantil trazendo problematizações em torno da educação especial. Os estudos Foucaultianos consideram o discurso como constitutivo de nosso pensamento e conseqüentemente como criador dos sentidos que damos para as coisas e o mundo. “Dado que cada um de nós nasce num mundo que já é de linguagem, num mundo em que os discursos já estão há muito tempo circulando, nós nos tornamos sujeitos derivados desses discursos” (VEIGA-NETO, 2003, p.110). Tais discursos são mais do que subjetivos, eles subjetivam. Assim, a enunciação sobre os processos aprendizagem/comportamento infantis os constroem.

Desse modo, esse capítulo da dissertação problematizou a constituição dos discursos medicalizantes na educação contemporânea realizando um levantamento bibliográfico que trouxe dados sobre os percursos das pesquisas sobre a medicalização em diferentes programas de pós-graduação, ressaltando as contribuições dos programas de pós-graduação em educação. Objetivamos com tal levantamento demonstrar como as pesquisas sobre a medicalização da educação vêm trazendo novos olhares sobre questões da educação especial na perspectiva inclusiva.

Desse modo apresentaremos de forma sucinta a noção do termo medicalização. Quando questões históricas, políticas, culturais e sociais são desconsideradas como determinantes do sofrimento humano, responsabilizando os sujeitos por sua situação de vida e destino, chamamos esse processo de medicalização.

Entende-se por medicalização o processo por meio do qual as questões da vida social - complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo (GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO E SAÚDE DO FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE, 2015, p.11).

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que derivou este recorte de trabalho, foi constituída utilizando as pistas do método cartográfico, desse modo, a revisão bibliográfica forma uma dessas pistas.

Como os processos medicalizantes na educação são construídos através de práticas discursivas, além de inúmeros outros modos, buscamos pesquisas (teses/dissertações) que nos auxiliaram na problematização de questões em torno da educação em especial. Utilizamos como fonte de pesquisa o Banco de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A palavra-chave que lançamos no buscador foi: “medicalização”. O resultado foi um total de 790 trabalhos que abordavam o tema da medicalização até o período do mês de agosto, ano de 2018. O uso de um único termo como palavra-chave de busca pode ampliar demasiadamente a revisão bibliográfica, porém, nossa intenção foi observar como a pesquisa sobre o tema medicalização, seja na vida escolar ou não, vem caminhando ao longo dos anos, quais instituições e programas de pós-graduação têm se dedicado mais ao tema e qual tem sido a contribuição dos programas de pós-graduação em educação nesse âmbito.

PROBLEMATIZAÇÕES TRAZIDAS PELAS PESQUISAS SOBRE A MEDICALIZAÇÃO

Objetivamos com estes recortes contribuir no sentido de demonstrar a amplitude dos estudos sobre a medicalização, levando em consideração que tais estudos muitas vezes são reduzidos à discussão pelo não consumo de medicamentos.

Garrido e Moysés (2015) já haviam feito um levantamento bibliográfico sobre a produção acadêmica brasileira a respeito da medicalização da educação, também acessando o Banco de teses online da Capes e utilizando como palavras-chave “medicalização criança” e “medicalização escola”. O período estudado foi de 1990 a 2008. O objetivo das autoras foi afunilar ao máximo os trabalhos, para desse modo encontrar as pesquisas que se dedicaram exclusivamente à medicalização da criança e da escola. Um questionamento relevante trazido pelas autoras é a

deturpação do conceito de medicalização e seu conseqüente esvaziamento, uma vez que a maioria das pesquisas demonstra preocupação com o aumento abusivo do consumo de medicamentos por crianças, mas não faz uma crítica ao modo de produzir rótulos. Como explicado por Garrido e Moysés (2015, p.181):

Uma dificuldade para a repercussão da crítica à medicalização da aprendizagem é a renovação dos nomes para o suposto distúrbio de aprendizagem ao longo da história, confirmada nos trabalhos analisados. A cada nova denominação do pretense distúrbio, a corrente medicalizante ganha fôlego e adeptos, ignorando, uma vez mais, a crítica de fundo já estabelecida.

Numerosos outros fatores, dentre os quais interesses econômicos, fazem com que a corrente não medicalizante da aprendizagem tenha menos expressão do que a abordagem medicalizante. Não obstante, os trabalhos teóricos e analisados fundamentam uma abordagem criativa, não normativa e não taxativa. A partir de uma compreensão sócio-histórica do desenvolvimento humano defendem uma prática alternativa e emancipadora do indivíduo.

Apesar da existência de um número reduzido de trabalhos na linha focalizada pela pesquisa, todos indicam, seja por meio de uma discussão teórica, seja por meio do relato de intervenções, que a intervenção pedagógica é mais promissora e menos arriscada que as intervenções medicalizantes e medicamentosas.

Em nosso levantamento bibliográfico pretendemos demonstrar como a medicalização está presente em diversos aspectos da vida, pois como já dito anteriormente, objetivamos desmistificar a impressão de que os estudos sobre medicalização se resumem às discussões sobre o uso ou não de Ritalina.

Há um significativo salto no número de pesquisas realizadas desde os primeiros trabalhos publicados no Banco da Capes, fato que possivelmente pode indicar uma maior popularização da temática. Em 1996, ano das primeiras publicações, foram divulgados 7 trabalhos, passando para 123 escritos no ano de 2017, e até agosto de 2018 já foram divulgadas 30 pesquisas.

Esses trabalhos estão presentes nas mais diversas áreas como história, filosofia, direito, antropologia, botânica, arquitetura, serviço social, enfermagem, medicina, psicologia, ensino, educação, entre outros. A grande área das Ciências Humanas é majoritária no número de pesquisas, sendo seguida pelas Ciências da Saúde, sendo o número de pesquisas em nível de mestrado superior às teses de doutorado. As

Universidades que mais se destacam em número de pesquisas com a temática de medicalização são (Quadro 1):

Quadro 1 – Ranking das sete Universidades que mais publicam pesquisas sobre a medicalização da educação e da sociedade.

Universidade	Nº total de trabalhos	Nº de publicações no programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado)	Publicações
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	77	1	LEITE (2016)
Universidade Federal de Santa Catarina	56	1	SOUZA (2013)
Universidade de São Paulo	55	4	FANIZZI (2017); GUARIDO (2008); RODRIGUES (2018); SILVA (2012)
Universidade do Rio Grande do Sul	45	13	BARBIANI (2008); FREITAS(2018); ARANTES(2017); FALKOSKI (2017); CHRISTOFARI (2014); SANTOS (2017); SCHOLZ(2017); MONTE (2015); SOMAVILLA (2015); CABALLERO (2015); LOCKMANN (2010); COSTA (2013); BLESSMANN (2010).
Universidade Federal do Rio de Janeiro	32	0	_____
Universidade Estadual de Campinas	31	1	PREVÉ (2010)
Universidade Federal da Bahia	28	6	RIBEIRO (2015); OLIVEIRA (2015); FREIRE (2017); VENEZA (2015); GENTIL (2016); MARCHESI (2012).

Fonte: dados retirados do banco da Capes, quadro elaborado pela autora.

Aqui comentaremos os percursos e resultados de algumas das pesquisas realizadas em especial nos programas de pós-graduação em educação, como destacado no Quadro 1. É importante notar que a medicalização pode não se apresentar como o tema central da pesquisa, mas permear todo o trabalho, pois esses podem falar sobre avaliação, fracasso escolar, educação inclusiva, entre outros temas.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a líder em publicações sobre medicalização, tem 77 trabalhos divulgados, sendo que estão divididos em nove programas de pós-graduação e apenas um pertence ao programa de educação.

A tese de Leite (2016) é intitulada “Multiplicidades da Avaliação Escolar: um estudo etnográfico sobre a repetência”, trata-se de uma pesquisa realizada em uma escola pública que investigou o desenvolvimento do processo avaliativo em uma classe repetente e discutindo a avaliação como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, destacando-se as relações entre avaliação, exclusão e medicalização, verificando que a avaliação da aprendizagem vem limitando-se à “verificação” e assumindo a função, quase que exclusiva, de classificar e selecionar, priorizando o resultado final e, muitas vezes, descartando todo o processo de ensino-aprendizagem.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) encontra-se na vice-liderança em termos de pesquisas da área, com um total de 56 trabalhos, sendo também apenas um advindo do programa de pós-graduação em educação.

A tese de Souza (2013), “O estudante (in)visível na queixa escolar: um estudo sobre o sujeito na trajetória escolar”, apresenta um estudo sobre os sentidos produzidos pela criança com queixa escolar, tendo como pressupostos teóricos-metodológicos a Psicologia Histórico-Cultural e os estudos vinculados ao Fórum sobre a medicalização da Educação e da Sociedade. Destarte demonstrou que sucessivas experiências de humilhação, repetência, exclusão e medicalização produzem sofrimento e histórias de pouco sucesso escolar.

A Universidade de São Paulo aparece em terceiro lugar no ranking de pesquisas sobre medicalização com um total de 55 trabalhos distribuídos entre diversos programas de pós-graduação, sendo que 4 desses foram realizados pelo programa de educação.

A dissertação de Fanizzi (2017) traz o título “A educação e a busca por um laudo que diga quem és” e fala sobre os laços discursivos que guiam os saberes e práticas escolares. A dissertação destaca que a pedagogia, pautada em saberes advindos da psicologia e da medicina, fornece à educação instrumentos – testes, métodos, avaliações, laudos – para auxiliar no reconhecimento e mapeamento dos sujeitos. Imersa nesses discursos que caminham no sentido de uma normatização dos sujeitos, a educação torna-se instituição reguladora do desenvolvimento normal, ideal. Diante destes alunos desviantes surge a necessidade de que sejam encaminhados a especialistas capazes de dar as respostas que a eles faltam. No retorno à escola, o sujeito carrega consigo algo que, aos olhos do discurso (psico)pedagógico e medicalizante, é capaz de dizer com precisão quem é esse sujeito e de que se trata aquilo que surge como desviante: o laudo. Diante disso, buscou-se uma reflexão acerca das implicações que os saberes e instrumentos veiculadas por esses discursos acarretam ao professor e ao sujeito aprendiz.

Outros trabalhos em destaque são a dissertação de Guarido (2008) sobre as implicações da presença do saber médico na educação e a tese de Silva (2012) que discorre sobre a concepção histórico-cultural do cérebro na obra de Vigotski, ambos trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira.

Também destaca-se a dissertação de Rodrigues (2018), intitulada “(D)Efeitos da medicalização sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA”, que objetivou traçar um panorama do campo de estudos sobre a escolarização de estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA), da oferta e da sistematização do atendimento escolar, no contexto da Política Nacional de Educação Especial dentro da perspectiva da Educação Inclusiva.

Para isso, refletiu sobre as políticas sociais de atenção à pessoa com autismo, os processos de medicalização e alguns discursos sobre o autismo e observou-se que os estudos e ação na escolarização de pessoas com diagnóstico com TEA é marcado por concepções biomédicas. Entre a prática pedagógica e a prescrição médica, o encontro do professor com o aluno diagnosticado com TEA acaba sendo atravessado por saberes externos à relação educativa.

A Universidade do Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar em número de pesquisas com um total de 45, porém, o dado que chama a atenção nesse caso é que 13 dessas 45 pesquisas foram realizadas pelo programa de pós-graduação em educação. Aqui destacamos algumas pesquisas educacionais.

Arantes (2017) investigou como se constitui a demanda para a Neurologia a partir dos professores no contexto da Educação. Os referenciais teóricos foram construídos a partir de dois eixos. O primeiro é um olhar crítico para o campo da neuroeducação e seu crescimento a partir dos anos 1990. E o segundo é uma proposta para estabelecimento do termo neurocolonização, onde os saberes das neurociências seriam imprescindíveis para a Educação.

Christofari (2014) problematizou discursos que compõem os registros escolares de alunos que frequentam um serviço de Atendimento Educacional Especializado, questionando como são produzidos os modos de ser e aprender desses alunos na escola. O estudo discutiu a medicalização como dispositivo de produção de modos de ser e aprender. Analisaram-se processos que transformam fenômenos humanos em patológicos, como ocorre com a medicalização da vida que, no ambiente escolar, tem favorecido uma leitura simplificadora e tem transformado os modos de aprender em possíveis patologias e deficiências. Com base nas análises realizadas foi possível afirmar que há uma produção discursiva que prioriza as condutas dos alunos como principal desafio, sendo elas consideradas como possíveis barreiras à aprendizagem. As supostas dificuldades de aprendizagem são justificadas com

base em causas como hereditariedade e dinâmica familiar. No entanto, também foram identificados discursos que romperam com a lógica da padronização e da classificação, relativos tanto aos profissionais da saúde, quanto da educação, os quais mostraram que, na escola, há brechas para o inusitado, fortalecendo a concepção desse espaço como um contexto dinâmico. Tais discursos evocam a potência da escola no sentido de produzir outros modos de ser aluno, colocando em evidência dimensões que indicam possibilidades de reconhecimento de processos de transformação.

Santos (2017) analisou as práticas do Atendimento Educacional Especializado para a educação infantil nas Redes Municipais de Ensino (RME) de quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, apontando aspectos específicos da oferta desse serviço de apoio na primeira etapa da educação básica. Os resultados sugeriram: existência de formas plurais na organização do serviço de apoio para a educação infantil; aposta na docência colaborativa entre professor do atendimento educacional especializado e do professor da sala de aula regular; importância da parceria das escolas com as universidades locais; abertura de turmas de educação infantil em escolas de ensino fundamental para dar conta da obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos.

Scholz (2017) traz uma importante pesquisa que discorre sobre o duplo estigma sofrido por alunos negros e com deficiência, tomando como referência a análise dos discursos das professoras. A fundamentação teórica apoiou-se em aspectos históricos acerca das relações sociais estabelecidas a respeito da população negra e das pessoas com deficiência no Brasil, assim como no resgate histórico de legislações referentes ao tema, enfatizando os avanços a respeito das possibilidades de acesso e permanência de ambos os recortes populacionais na educação.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, apesar de ocupar a quinta posição, não traz nenhum trabalho fruto de um programa de educação.

Já a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com o sexto lugar, traz um trabalho produzido em âmbito educacional no ano de 2010, sendo anterior à Plataforma Sucupira. Nessa Universidade também se destacam dois trabalhos orientados por Maria Aparecida Moysés no mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente, ambos anteriores à plataforma, que são Pereira (2010) com a dissertação “A crítica à medicalização da aprendizagem na produção acadêmica nacional” e Teixeira (2007) com a pesquisa “O enfrentamento da medicalização no trabalho pedagógico”.

A Universidade Federal da Bahia também se destaca por seu número de trabalhos em âmbito educacional com um total de seis, dentre os quais se destacam Ribeiro (2015) e Freire (2017).

Ribeiro (2015) teve como objeto de estudo a medicalização da aprendizagem de estudantes com queixa/diagnóstico do suposto Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A pesquisa buscou investigar os fatores da/na escola de produção de dificuldades no processo de escolarização que são interpretadas como resultantes do TDAH. A pesquisa assumiu uma postura crítica à visão da medicalização que é pautada na compreensão naturalizada tanto da aprendizagem como do desenvolvimento. Dessa maneira, propôs a abordagem dos fenômenos relacionados ao suposto TDAH de uma forma não naturalizante, fundamentado na Abordagem Histórico Cultural de Vigotski. Conclui-se que, para a superação da medicalização na escola, é preciso cuidar e educar a partir da construção de práticas e intervenções pedagógicas que acolham os diferentes modos de aprender.

Freire (2017) traz problematizações sobre a concepção de “fracasso escolar” e trouxe a maneira como as queixas escolares são entendidas e atendidas em um Centro de atenção psicossocial infanto-juvenil (CAPSi) de Salvador (BA), considerando suas relações com o fracasso escolar e a medicalização da educação. Para tanto, foi feita uma pesquisa de inspiração etnográfica em um CAPSi de Salvador (BA), utilizando como recursos metodológicos a análise de prontuários, a observação participante e entrevista com profissionais. O

referencial teórico adotado foi a Psicologia Escolar e Educacional em uma perspectiva crítica, que entende a queixa escolar como síntese de múltiplas determinações. Concluiu-se a necessidade de inserir mais a temática do fracasso escolar e da medicalização da educação e da pobreza na formação profissional das áreas de saúde.

A Universidade Federal do Espírito Santo não se encontra entre as Universidades que mais têm pesquisado a temática da medicalização, porém, consideramos importante destacar o que tem sido produzido em âmbito local (Tabela 1). Dessa forma, localizamos sete trabalhos que de algum modo fazem relação com o tema, sendo apenas dois desses oriundos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), quatro trabalhos do programa de Psicologia Institucional e um do Programa de Saúde Coletiva.

Tabela 1 – Trabalhos sobre a medicalização da vida e da educação produzidos nos Programas de Pós-graduação da UFES

Nº total de trabalhos publicados	Nº de trabalhos publicações do programa de pós-graduação em educação (mestrado e doutorado)	Publicações
7	2	A escola médica e o modo de ser médico (RODRIGUES, 2004); Conhecimentos, concepções e práticas de professores de educação especial: o modelo médico-psicológico ainda vigora (CAMIZÃO, 2016).

Fonte: dados consultados na base de dados da Capes, quadro elaborado pela autora.

O primeiro trabalho produzido no PPGE é de autoria de Rodrigues (2004) sendo anterior à Plataforma Sucupira e discorre sobre o modo de ser médico.

Camizão (2016) em sua dissertação traz o questionamento sobre as concepções e práticas de professores de Educação Especial e sobre o vigor ou não do modelo médico-psicológico nesta modalidade, utilizando a perspectiva histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica como a base teórica do estudo, tendo Vigotski (2007, 2012, apud CAMIZAO, 2016), Leontiev (2005, apud CAMIZAO, 2016) e Saviani (2008, 2013, 2014, apud CAMIZAO, 2016) como principais interlocutores. Como contribuição também foram trazidas as

discussões referentes à medicalização da educação. A pesquisa apontou que ainda é presente o modelo médico-psicológico na atuação de professores de educação especial que trabalham com crianças de zero a cinco anos, e é sabido que essa influência é histórica e se fortalece quando os saberes advindos da área da saúde se sobressaem aos saberes educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das pesquisas apresentadas podemos observar que os referenciais teóricos utilizados variam de acordo com o programa de pós-graduação e o professor orientador, como por exemplo, o programa de pós-graduação em educação da UFBA que utiliza majoritariamente a psicologia histórico-cultural e outros autores críticos como referência. Já a UFSCA traz Michel Foucault e autores pós-críticos como marcos teóricos. Os trabalhos também podem trazer diálogos entre as produções de autores críticos e pós-críticos. Assim, Ivan Illich pode ser citado como uma referência nos estudos de medicalização, mesmo que a tese ou dissertação utilize como base a pós-modernidade.

Os dados também apontam que, apesar de o tema da medicalização da vida e da educação estar sendo cada vez mais debatido em pesquisas em nível de mestrado e doutorado, ainda são poucos os programas de pós-graduação em educação que contribuem com essas discussões. Além do mais, na maioria das vezes, os autores das dissertações e teses produzidas no meio educacional têm formação inicial em psicologia ou atuam nas áreas da saúde. Podemos apresentar como aspecto positivo o fato de que as pesquisas sobre educação, sejam elas realizadas por profissionais da área, ou não, trazem novas contribuições para as pesquisas da educação especial na perspectiva inclusiva por se debruçarem em problemáticas que não objetivam focar a deficiência, mas sim, os modos de constituição de uma sociedade e de uma escola que produzem deficiências, através do debate de temáticas como a produção do fracasso escolar, a criação de rótulos e estigmas, a produção crescente de laudos sem uma visão crítica, processos de normalização, o modelo médico-psicológico ainda presente na modalidade da educação

especial, entre outras problematizações, trazendo como alternativas o investimento no trabalho colaborativo, na formação docente e nas resistências e invenções nos cotidianos escolares.

Desse modo, é extremamente relevante que haja mais pesquisas na área da educação e escritas por profissionais da área, sobre o tema medicalização, uma vez que esse é um processo que está cada vez mais presente nos cotidianos escolares e as pesquisas a respeito da temática contribuem para a construção de novos olhares sobre a educação e a educação especial na perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARANTES, R.L. **A constituição da demanda para a neurologia nas vozes das ensinantes**. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CAMIZAO, A.C. **Conhecimentos, concepções e práticas de professores de educação especial: o modelo médico-psicológico ainda vigora?** 2016. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2016.

CHRISTOFARI, A.C. **Modos de ser e de aprender na escola: Medicalização (in)visível?** 174f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FANIZZI, C. **A educação e a busca por um laudo que diga quem és**. 185f. Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP. 2017.

GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO E SAÚDE do Fórum Sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade. **Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde**. Reimpressão da 1ª edição Revista. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

GUARIDO, R.L. **O que não tem remédio, remediado está: medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação**. 116f. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP. 2008.

FREIRE, K.D.E.S. **Educação e saúde mental: uma análise sobre as queixas escolares em um centro de atenção psicossocial infanto-juvenil de Salvador-BA.**152f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LEITE, S.S. **Multiplicidades da Avaliação Escolar:** um estudo etnográfico sobre a repetência. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

OLIVEIRA, A.R.F. de. **Medicalização da educação:** discursos que ecoam na vida diária. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED. 2015.

PEREIRA, J. G. **A crítica à medicalização da aprendizagem na produção acadêmica nacional.**94f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente, Pós-Graduação em Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. 2010.

RIBEIRO, M.I.S. **A medicalização na escola:** uma crítica ao diagnóstico do suposto transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). 268f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Biblioteca Depositária: Biblioteca Anísio Teixeira-FACED. 2015.

RODRIGUES, I.B. **(D)Efeitos da medicalização sobre a escolarização de crianças diagnosticadas com TEA.** 198f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP. 2018.

RODRIGUES, J.B.P. **A escola médica e o modo de ser médico.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Biblioteca Depositária: Biblioteca do INEP. 2004.

SANTOS, J.F.dos. **Análise das práticas do atendimento educacional especializado para a Educação Infantil nas Redes Municipais de Ensino (RME) de quatro municípios do Estado do Rio Grande do Sul:** Caxias do sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana.195f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Biblioteca Depositária: Central da UFRGS. 2017.

SCHOLZ, D.C. dos S. **Alunos negros e com deficiência:** uma produção social de duplo estigma.129f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Biblioteca Depositária: FACED. 2017.

SILVA, C.L. **Concepção histórico-cultural do cérebro na obra de Vigotski.** 275p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração: Psicologia e Educação - Faculdade de Educação Universidade de São Paulo. São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUSP. 2012.

SOUZA, S.V. **O estudante (in)visível na queixa escolar visível: um estudo sobre a constituição do sujeito na trajetória escolar.** 228p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Biblioteca Depositária: BU. 2013.

TEIXEIRA, Y.S.A. **O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico.** 2007. 156p. Dissertação (Mestrado) – faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Biblioteca Depositária: FCM/Unicamp. 2007.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação.** Coleção Pensadores e Educação, v.4. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. 192p.